

TAMISA RAMOS VICENTE

**Formação Histórica do Turismo em Marechal Deodoro: Os Festivais
de Verão na década de 1970.**

Artigo científico apresentado ao programa de pós-graduação em História de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas, campus Maceió, como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista em História de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Duarte Machado

MACEIÓ, AL

2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

V632f Vicente, Tamisa Ramos.
Formação histórica do turismo em Marechal Deodoro : os festivais de Verão na década de 70 / Tamisa Ramos Vicente. – Maceió, 2022.
14 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Fabiano Duarte Machado.
Artigo científico (Especialização em História de Alagoas) -
Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, Maceió, 2022.

Arquivo no formato digital em PDF do trabalho acadêmico.

1. Marechal Deodoro – História. 2. Festival de verão – Década 70.
3. Turismo. I. Título.

CDD: 981.35


Nalva Maria Amaral
Bibliotecária – CRB-4/989



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica Instituto Federal de Alagoas
Reitoria

ATA DE DEFESA DO TCC

Aos 17 dia(s) do mês de Junho ano de 2022, às 9h, foi realizada na sala do Google meet <https://meet.google.com/org-uwhk-vys> no email institucional fabiano.duarte@ifal.edu.br a solenidade de defesa de TCC de **TÂMISA RAMOS VICENTE** matrícula 2021200660 com o tema **Formação Histórica do Turismo em Marechal Deodoro: Os Festivais de Verão na década de 1970**. Como pré-requisito para a conclusão do Curso de Especialização em História de Alagoas.

PARECER FINAL

Aprovada com nota 10,0 mediante a execução das correções apontadas pela banca e com posterior indicação de publicação em periódicos acadêmicos das áreas afins.

ALUNOS

1. Tâmisa Ramos Vicente
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.

ASSINATURA DA BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente THIAGO ANGELIN LEMOS BIANCHETTI Data: 17/06/2022 13:56:51-0300 Verifique em https://verificador.itl.br	 Documento assinado digitalmente FABIANO DUARTE MACHADO Data: 17/06/2022 13:17:49-0300 Verifique em https://verificador.itl.br	Orientador/Presidente da Banca
	 Documento assinado digitalmente DANIEL ARTHUR LISBOA DE VASCONCELOS Data: 17/06/2022 16:59:43-0300 Verifique em https://verificador.itl.br	Avaliador 1
		Avaliador 2

Formação Histórica do Turismo em Marechal Deodoro: Os Festivais de Verão na década de 1970.

Historical Formation of Tourism in Marechal Deodoro: Summer Festivals in the 1970s.

Tâmisa Ramos Vicente¹

Prof. Dr. Fabiano Duarte Machado (Orientador)²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir um momento pontual da formação histórica do desenvolvimento do turismo no município de Marechal Deodoro, localizado a 30 quilômetros de Maceió, Capital de Alagoas. Portanto, nesta pesquisa, buscou-se compreender as contribuições dos Festivais de Verão para o desenvolvimento da atividade turística no município deodorense, traçando marcos das políticas públicas de governo ocorridas na década de 1970. Para tanto utilizamos metodologia de cunho exploratório e descritivo, realizando uma revisão bibliográfica e a realização de uma entrevista com uma das organizadoras no evento, com a intenção de reconstruir os caminhos percorridos pelos eventos ligados ao Turismo no município durante o período estudado. Percebeu-se portanto que a forma com que esses eventos foram realizados no município, que não houve envolvimento da comunidade local, sobre os caminhos a serem seguidos tanto nas ações culturais quanto turísticas, deixando a população de Marechal Deodoro como mero observador, em um papel de passividade às atividades realizadas.

palavras-chave: Formação Histórica. Turismo. Marechal Deodoro. Festival de Verão de Marechal Deodoro

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Católica de Pernambuco (2004) e Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (2008). Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas - Campus Marechal Deodoro.

² Possui graduação em História pela Universidade Federal de Alagoas (2001), mestrado em Educação brasileira pela Universidade Federal de Alagoas (2010) e doutorado em Linguística na linha Discurso: Sujeito, História e Ideologia pela Universidade Federal de Alagoas (2018).

ABSTRACT

This article aims to discuss a specific moment in the historical formation of tourism development in the municipality of Marechal Deodoro, located 30 kilometers from Maceió, Capital of Alagoas. Therefore, in this research, we sought to understand the contributions of Summer Festivals to the development of tourist activity in the city of Odor, tracing milestones of government public policies that took place in the 1970s. literature review and an interview with one of the organizers of the event, with the intention of reconstructing the paths taken by the events related to Tourism in the municipality during the period studied. It was therefore noticed that the way in which these events were carried out in the municipality, that there was no involvement of the local community, on the paths to be followed both in cultural and tourist actions, leaving the population of Marechal Deodoro as a mere observer, in a role of passivity to the activities carried out.

keywords: Historical Formation. Tourism. Marechal Deodoro. Marechal Deodoro's Summer Festival

Data da submissão: 30/05/2022 **Data da aprovação:** 17/06/2022

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir um momento pontual do processo histórico do desenvolvimento do Turismo no município de Marechal Deodoro, localizado a 30 quilômetros de Maceió, capital de Alagoas. Tal necessidade surgiu pela atuação desta pesquisadora como docente do núcleo de Turismo e Hospitalidade do Instituto Federal de Alagoas - Campus Marechal Deodoro - IFAL/MD, buscando entender a resistência dos discentes em identificar o turismo como um campo de trabalho atraente, uma área de atuação que se almeja profissionalmente. Analisando essa relutância, nos debruçamos então em uma das primeiras ações para a promoção da atividade turística no município, os Festivais de Verão de Marechal Deodoro.

Entendemos que historicizar o desenvolvimento do turismo no Brasil não é um tema de pesquisa em que muitos estudiosos da área do Turismo se debruçam, conforme destacado pela pesquisadora Solha: “No Brasil, apenas alguns períodos referentes ao desenvolvimento do turismo foram estudados de maneira aprofundada mas a maior parte dos acontecimentos ocorridos na área, não existe registro algum”(2002, p.137). ainda, Gastal e Guimarães enfatizam que os estudos quando adentravam em contextualização histórica das ações do turismo, o faziam com “uma história cronológica e factual, evolucionista, europeizante e linear, com um forte sentido positivista e obcecada pela busca das origens”(2014, p.122).

É importante destacar, entretanto, que nas primeiras décadas do século XXI, no Brasil, grupos de pesquisa e eventos científicos foram criados, com o objetivo de reunir estudiosos que fizessem um estreitamento entre o Turismo e a História, dando ênfase a uma nova abordagem, buscando apontar e entender que o turismo é “uma construção social, dotada de historicidade, que requer um profundo diálogo com o contexto de sua época, em seus diferentes tempos e espaços, e a análise criteriosa das fontes.”(GASTAL e GUIMARÃES, 2014, p. 122). Esses estudos apontaram reflexões importantes e resultados de “processos que dramatizam as tensões, contradições da sociedade Brasileira e do contexto internacional em diferentes momentos da história recente”(CASTRO, MAGALHÃES e GUIMARÃES, 2014. p.8)

É com essa perspectiva, que o presente artigo se debruça, sobre a década de 1970, período que “trazia algumas mudanças importantes para um país que já encarava o turismo

como atividade indispensável para o seu desenvolvimento sócio-econômico”(Müller, et al. 2011, p.696). Entretanto, nos desafiamos então a entender como o município de Marechal Deodoro se insere nesse cenário, pois percebemos que há poucos estudos que situam o município, especificamente quando se refere a História do desenvolvimento do turismo em Alagoas.

Notamos que o município de Marechal Deodoro é objeto de estudos em pesquisas que abordam a atividade turística transversalmente, como as pesquisas de Adélia Augusta Souto de Oliveira (2002 e 2007), que situa o turismo chegando na Praia do Francês no final da década de 1970, segundo a mesma, descoberta pelos surfistas e os hippies gringos. Aliado a essa informação, Claudio Bulgarelli no seu livro História da Hotelaria em Alagoas publicado em 2011, relata que a primeira pousada instalada na região foi no início dos anos de 1980.

Entretanto, uma informação nos chama a atenção no livro de Adélia Oliveira, um registro acerca da realização do Festival de Verão em 1968 que descreve o evento como: “de cunho cultural, utilizando-se prédios antigos para apresentações, bem como das ruas, para venda de produtos artesanais” (2007 p.25). Então percebe-se até aqui, que uma década antes da instalação do primeiro empreendimento hoteleiro, já acontecia algum tipo de movimentação para atrair visitantes ao município de Marechal Deodoro e que o evento não acontecia na Praia do Francês, localidade que é hoje, o principal atrativo turístico deodorense.

Deste pequeno registro partimos para mais uma busca e encontramos um artigo no site História de Alagoas, intitulado: "O histórico Festival de Verão de Marechal Deodoro" (TICIANELI, 2019). Tal publicação narra o evento que aconteceu no município entre 1970 e 1983. Já em LAGES et al. enfatiza-se que: esse “foi criado, em 1970, por um grupo de artistas, liderado por Solange Lages, com a finalidade de valorizar o patrimônio cultural de Marechal Deodoro”(1979, p.122). A partir dessas informações identificamos também outra ação de política pública de governo que poderia estar em voga em Marechal Deodoro, as políticas de Cultura.

Sendo assim, a pesquisa destaca políticas públicas de governo no Turismo e na Cultura no período de 1970 e como elas são inseridas em Marechal Deodoro, buscando nessa perspectiva, realizar uma contextualização sobre informações trazidas nos estudos já citados, fazendo uma interface entre história e turismo. Para tanto utilizou-se de pesquisa de cunho exploratório e descritivo, realizando uma revisão bibliográfica e com suporte de entrevista

com uma das organizadoras do Festival, Carmem Lúcia Dantas, com a intencionalidade de reconstruir os caminhos percorridos pelos eventos ligados ao Turismo no município durante o marco temporal de 10 anos, 1970 a 1980.

2. A formação histórica do turismo como política pública estatal no Brasil na década de 1970.

Há registros de chegadas de turistas estrangeiros no Brasil em 1907, trazidos pela agência de turismo Thomas Cook para a cidade do Rio de Janeiro, como parada de um roteiro pela América do Sul (CASTRO e FREIRE-MEDEIROS, 2014). Ainda de ações promovidas nos períodos de 1920 a 1946 com a liberação das atividades do cassino incorporadas aos hotéis de luxo, o que promoveu um aumento significativo de instalações de empreendimentos hoteleiros de luxo em estâncias termais e balneários pelo país (PAIXÃO, 2007).

Todavia, os autores que se debruçam em políticas estatais em prol do desenvolvimento do turismo no Brasil, demarcam que as ações de fomento ocorreram de forma mais ampla e estruturada a partir da década de 1950, com a criação da comissão brasileira de turismo - Combratur em 1958. Tal ação não se fez bem-sucedida sendo extinta em 1961(SOLHA, 2002).

Apesar da extinção da Combratur, a conjuntura mundial já dava ao turismo um papel a ser desempenhado como “propulsor do desenvolvimento das economias ditas periféricas” (CASTRO e FREIRE-MEDEIROS, 2014. p.19). Tal fala vem da conferência realizada em 1963, pelas Nações Unidas (ONU). A United Nations Conference on International Travel and Tourism, referenciada também como o primeiro congresso sobre turismo internacional (RIBEIRO, 2016), tal certame, ao tratar do turismo, o chama de : “fenômeno mundial e fator de geração de renda para as economias nacionais”(RIBEIRO, 2016). e recomendando ainda que “ os países mais pobres se atentassem para o valor do turismo como meio de desenvolvimento”(CASTRO e FREIRE-MEDEIROS, 2014. p.19).

É neste contexto mundial sobre o turismo, como atividade econômica promissora que, em 1966, ocorre a criação do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), alinhadas ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (VICENTE, 2011). Tais órgãos governamentais tinham como função estudar e propor

normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e ao seu funcionamento (CRUZ, 2002, p. 51).

Precisamos alertar também que o período político do Brasil era complexo:

o país vivia os piores anos da ditadura militar, implantada em 1964, caracterizados por repressão, censuras e violência. O poder e as decisões concentraram-se na cúpula militar; foram violados os princípios da democracia, bem como da Federação e do Municipalismo; a nova ordem foi sendo implantada através de decretos, chamados atos institucionais; processou-se a exclusão política da sociedade. No entanto, o regime procurava esconder sua face autoritária, fazendo o possível para manter uma imagem democrática, principalmente para consumo externo (BRUM, 1999 apud CASTRO e FREIRE-MEDEIROS, 2014, p.693)

Com essa conjuntura as políticas públicas de governo para o desenvolvimento do turismo no Brasil se consolidam, atrelado ao forte apelo econômico e também buscando “refazer a imagem do Brasil no exterior, assim, nada melhor que uma entidade através da qual se divulgassem as belezas naturais de um país exótico, pró-americano [...]” (SANTOS FILHO, 2005. p. 01).

Sobre esse período, a pesquisa desenvolvida por Resende apontou-se que o:

[...]apoio do governo brasileiro ao Turismo deu-se predominantemente, de duas formas: pela concessão de vantagens financeiras para a expansão dos investimentos voltados para a melhoria das condições de hospedagens e pela execução de um grande programa de melhoria dos aeroportos (1991, p.77).

Desta forma, além de financiar a hotelaria nacional, foi feito um grande projeto de regulamentação dos hotéis do país, prescrevendo-se as áreas onde deveriam se instalar prioritariamente. Deu-se destaque à Capital Federal e às capitais dos Estados com potencial ambiental e cultural, e lugares próximos a aeroportos (CRUZ, 2002, p. 54).

À Embratur também cabia incentivar a criação de conselhos e empresas de turismo nos estados brasileiros. Para tal intento, foi organizado o Primeiro Encontro Oficial de Turismo Nacional, realizado em outubro de 1967, reunindo representantes de todos os governos estaduais, assim como hoteleiros, transportadores e agentes de viagens. É importante destacar que como resultado desse encontro, segundo Silveira (1975, p. 23) “vários estados que não possuíam órgãos turísticos, ou onde a atividade não era reconhecida, resolveram integrar-se ao Sistema Turístico Nacional.” Além disso, o evento possibilitou uma visão geral da problemática do turismo brasileiro (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, 1967 apud SILVEIRA, 1975, p.23).

E, assim, o Governo de Alagoas sob o comando do Governador Antônio Semeão Lamenha Filho, cria o Conselho Estadual de Turismo - Cetur, vinculado à Secretaria de Planejamento (VASCONCELOS, 2017) Em consonância com a EMBRATUR, no ano de 1971 já sob o comando do governador Afrânio Lages cria-se a Empresa Alagoana de Turismo - Ematur, a qual tinha como atribuições: definir, planejar e coordenar a política de turismo em Alagoas (ALAGOAS, 1971, apud VASCONCELOS, 2017).

Percebemos então que os governos alagoanos do período buscavam se integrar às políticas de governo do Brasil para o desenvolvimento do turismo da época. Nas próximas seções analisaremos como elas se materializaram no município de Marechal Deodoro, entretanto, antes disso, analisaremos também as construções das políticas de governo para a cultura no Brasil, uma vez que os Festivais de Verão de Marechal Deodoro tinham um teor de valorização cultural na sua essência, segundo os pesquisadores já supracitados.

3. Políticas públicas de governo para a cultura no Brasil na década de 1970: uma leitura

Não é interesse dessa pesquisa debruçar-se sobre as políticas culturais desenvolvidas no Brasil, e sim contextualizar as que aconteciam no período estudado, durante a década de 1970. Entretanto precisamos alertar novamente, que este é um período muito sensível da história do Brasil, os momentos mais duros e repressivos da ditadura civil-militar, e talvez por isso “foi no período da ditadura civil-militar que a área cultural ganhou maior importância dentro das políticas governamentais” (PAZ, 2011, p.12-13). Em seu estudo Paz ainda enfatiza que:

O Estado passou a manifestar-se como representante legítimo dos interesses nacionais, assumindo um papel de organizador da vida social e política, durante a ditadura civil-militar a cultura volta a ser um importante elemento na estratégia de legitimação desse Estado e objeto de Políticas e intervenções governamentais (2011, p.28).

Sendo assim: “O Estado chamou para si [...] a tarefa de legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção e a difusão da Cultura no país” (PAZ, 2011, p.13). É neste contexto que uma ação esteve em evidência: a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, cujo enfoque principal desse período foi a defesa da cultura.

As principais atribuições são: a criação de uma política centralizada para a cultura, incluindo a elaboração de um plano nacional de cultura; associação entre o órgão e demais instituições culturais e universidades; a proteção do patrimônio; concessão de auxílios às instituições culturais; a promoção de eventos nacionais; a publicação de seu boletim informativo; o apoio a

criação de órgãos congêneres ao CFC nas esferas estaduais e municipais; a difusão da cultura nacional através de exposições, espetáculos, conferências” (MAIA, 2010, p.32)

Essa visão do Conselho Federal de Cultura vem dos intelectuais que a ele pertenciam, que estavam disponíveis para pensar esse processo diante do golpe militar, os chamados tradicionalistas. Tomaram posse como conselheiros: Adonias Filho, Afonso Arinos, Ariano Suassuna, Arnaldo Schoor, Arthur Reis, Augusto Meyer, Cassiano Ricardo, Clarival Valladares, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freyre, Gustavo Corção, Helio Viana, João Guimarães Rosa, José Candido de Andrade Muricy, Josué Montello, D. Marcos Barbosa, Manoel Diegues Junior, Moysés Vellinho, Otavio de Faria, Pedro Calmon, Raquel de Queiroz, Raymundo de Castro Maia, Roberto Burle Marx, Rodrigo Mello Franco, todos de reconhecida importância e projeção nacional (MAIA, 2010).

O representante alagoano no CFC no período era Manoel Diegues Júnior, antropólogo, sociólogo e jurista brasileiro, atuante desde a década de 1930 nas políticas culturais tanto em Alagoas quanto no Brasil. Sobre esses intelectuais, Paz (2011, p.44) enfatizou que “atuavam em vários ramos do setor cultural, político e social, articulando com agilidade entre os meios cultural, político e social". E ao criarem as diretrizes do CFC, o utilizaram como uma estratégia para “implementar seu projeto modernista conservador para a cultura nacional a partir da centralização do setor cultural”(MAIA, 2010, p.32).

Maia (2010, p. 26) evidencia que:

Ao Estado interessava se articular aos projetos dessa intelectualidade, buscando legitimidade para suas ações. Assim, foi possível a adoção de projetos gestados nas redes de intelectuais que compartilhavam as posições nacionalistas conservadoras vigentes nos períodos autoritários. Nossa tese é reforçada ao observarmos a permanência de grupos intelectuais atuantes no primeiro governo Vargas durante o período democrático (1946-1964) e a ditadura civil-militar (1964-1985)

Dessa forma, segundo Maia (2010) os intelectuais do Conselho Federal de Cultura conduziram novamente a concepção da cultura nacional defendida no Estado Novo, incorporando a valorização do passado e a defesa dos bens considerados representativos da nacionalidade.

O discurso nacionalista produzido durante o Estado Novo sobre o conjunto de bens que compõem a cultura nacional apoiou-se no passado, narrando como trajetória uníssona, linear e contínua, desconsiderando os conflitos sociais existentes nos processos históricos de construção da nação (MAIA, 2010, p.17).

Trazem consigo também, as concepções hierárquicas dos estilos artísticos na formação da sociedade brasileira: colonial, neoclássico, moderno e eclético, “As obras de arte e a arquitetura colonial, sobretudo, aquelas identificadas como a cultura barroca, eram consideradas as mais representativas da nação” (MAIA, 2010, p.18). Tais informações se fazem importantes quando uma das atribuições do CFC é a difusão e da promoção da cultura nacional, buscando assim auxiliar na realização de exposições, debates e festivais, que promovessem a divulgação cultural, muitas vezes custeando parte dos recursos para a realização de eventos culturais (PAZ, 2011 p.32).

E, em vista disso, dentro dos aspectos burocráticos do CFC, vários eventos foram financiados por esse conselho, dentre eles o Festival de Inverno de Ouro Preto, em Minas Gerais a partir de 1968 e o Festival de Verão de Marechal Deodoro a partir de 1971, que são locais com a formação arquitetônica do período colonial com forte influência barroca, então não é uma ação isolada e desconexa dos objetivos do CFC.

4. Encontros das políticas públicas de turismo e cultura no Brasil na década de 1970.

Apesar dos interesses da conjuntura interna, precisamos evidenciar o cenário em âmbito mundial a UNESCO iniciou, em 1964, seus estudos para determinar “em que medida a preservação do patrimônio monumental de um país contribui ao desenvolvimento do turismo e, por conseguinte, constitui um dos fatores do desenvolvimento desse país” (RIBEIRO, 2016)

Na publicação *La protección del patrimonio cultural de la humanidad: lugares y monumentos*, da Unesco (1969), o monumento era apresentado como recurso de uma nação que alimentaria a “sua indústria turística”. Esse recurso permitiria a formação de um ciclo, que seria iniciado com a sua valorização, o que requeria investimentos, de modo a atrair turistas. Esses turistas trariam lucro, o que possibilitaria o retorno do investimento feito e permitiria que se formassem outros ciclos. Assim, parte dos recursos financeiros investidos deveria ser destinada a conservar, restaurar e revalorizar os monumentos e sítios, pois eles seriam o principal potencial a ser explorado pelo turismo cultural

E, recomendava ainda que:

Os projetos culturais e econômicos deveriam estar integrados de modo a valorizar os bens culturais para o turismo e estar inseridos em um plano geral de desenvolvimento; na legislação de proteção urbanística (padrões construtivos e usos); no zoneamento (níveis e intensidade variada da

proteção); na previsão de investimentos e custos financeiros e na organização de um corpo técnico e institucional (RIBEIRO, 2016).

Com essa narrativa, durante a década de 1970, há algumas ações realizadas que aproximam as políticas de cultura e turismo, unindo em alguns aspectos as diretrizes do CFC e o Contur, especialmente quando os Conselhos Nacionais de Cultura e de Turismo aprovam e financiam eventos culturais nas cidades históricas e ainda o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, criado em 1973. Agem recomendando que fossem disponibilizados recursos para o apelo ao turismo, proporcionando a entrada dos órgãos de Turismo nas discussões sobre as utilizações do patrimônio nacional (MICELI, 1984, p. 77).

É nesta conjuntura que Aloísio Magalhães (apud ORTIZ, 2006, p. 118), diretor do programa na época, afirma:

Um dos objetivos será o de transformar os bens da união em bens rentáveis, logicamente quando for possível e não oferecendo riscos ao imóvel (...) levantaremos os imóveis que poderão ser transformados em albergues turísticos e entregues, por contrato, às companhias hoteleiras para a exploração comercial e que deverão ser conservados.

O Turismo entra nessa conjuntura cultural como receptáculo econômico para as manifestações da cultura brasileira. “Procura-se dessa forma integrar uma política de cultura a uma política de turismo, e em parte resolver o descompasso entre os investimentos do capital e o consumo lucrativo de bens culturais” (ORTIZ, 2006, p.118).

5. Políticas públicas para o turismo e cultura no Brasil e seus encontros em Marechal Deodoro: Festivais de Verão

O Festival de Verão de Marechal Deodoro foi idealizado e realizado por Solange Lages, escritora e professora que atuava no setor cultural como coordenadora de um grupo de jovens artistas, escritores, poetas, artistas plásticos e jornalistas da Capital de Alagoas, Maceió. Deste grupo de Jovens, Dantas (2022) destaca: “Lucia Guiomar (poeta), Beto Leão (Poeta, escritor, cineasta, ator), José Geraldo Marques (Poeta, Biólogo)” . Solange Lages, ao passar na cidade em uma visita casual, ficou encantada com o patrimônio arquitetônico do Município Deodorense, que, entretanto, no período encontrava-se em decadência, um município quase esquecido (DANTAS, 2022).

E, juntamente com esse grupo jovem de artistas maceioenses, Solange Lages resolve realizar o Festival de Verão de Marechal Deodoro, inspirado em outro Festival cultural que acontecia no Brasil, na época chamado Festival de Inverno de Ouro Preto, Minas Gerais. O evento que inspirou Solange Lages e seu grupo era realizado pela Fundação de Educação Artística de Belo Horizonte e pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Festival que ocorreu entre os anos de 1967 a 1979, cujo objetivo era:

A formação artística, o ensino das artes, por meio de cursos de férias (de música e artes plásticas principalmente), [...] onde aconteciam espetáculos e exposições, que possuíam dupla função, eram tanto componentes do processo de formação artística (concertos e apresentação de professores e dos alunos dos cursos) como ferramenta de difusão cultural, direcionados a população local, aos cursistas e aos turistas (KAMINSKI, 2012, p. 15).

Tal ideia entrou em confluência com os interesses da Prefeitura de Ouro Preto que seria a promoção do Turismo e também das ações de Cultura do CFC que financiou a maior parte do Festival de Inverno durante os anos de sua realização, pois confluíam com os interesses do Governo Federal “Como a reforma universitária e a criação de órgãos de fomento e promoção cultural e turística” (KAMINSKI, 2012, p.16). Ainda sobre o Festival de inverno de Ouro Preto Kaminski (2012, p.18) salienta que:

Embora fossem realizados em Ouro Preto, as instituições responsáveis pela organização, a UFMG e a Fundação de Educação Artística, não eram sediadas na cidade, mas em Belo Horizonte, a capital mineira. Não era um evento da cidade, mas na cidade”

Ainda segundo Kaminski (2012, p.18) o festival de inverno de Ouro Preto consolidou-se como uma das principais promoções culturais no Brasil no período. Entretanto segundo Carmen Lúcia Dantas (2022), Solange Lages e seus parceiros, fizeram o 1º Festival de Verão de Marechal Deodoro “de forma despretensiosa, queriam que a cidade fosse vista”. e o fizeram com muitas dificuldades, principalmente no que tange às estradas, pois no período para chegar na cidade precisava pegar a BR-101 até o km 72 e ir pela então MAC-103 (LAGES, 1979, p. 121). Nesta edição não houve financiamento institucional, e sim por patrocínios privados, como de “usineiros, industriais e bancos”(TICIANELI, 2015, p.2). Corroborando com essa informação, Dantas destaca: Ela (Solange Lages) tinha um destaque muito grande na sociedade daqui, então pedia, e as pessoas hospedavam, emprestavam carro, para atender ao festival, ela utilizava o prestígio pessoal dela (2022).

Apesar de todas as dificuldades de acesso, um público externo veio prestigiar o Festival “notava-se a presença de jovens do Movimento Hippie” (TICIANELI, 2015, p.2). Do

primeiro Festival de Verão, a idealizadora Solange Lages avaliou que o evento cumpriu o objetivo ao mostrar à população e ao Governo do Estado as possibilidades do Município para o turismo, uma vez que foi anunciado que na edição seguinte, 1972 o evento já teria o apoio governamental para a sua realização e também contaria com ações para promover o turismo em Marechal Deodoro (TICIANELI, 2015, p.2).

Com o relativo sucesso da 1ª edição e pela conjuntura política favorável à Solange Lages, que havia assumido em 1971, a diretoria do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do Governo do Estado, a segunda edição do Festival de Verão aconteceu em 1972, já com obtenção do financiamento do Conselho Federal de Cultura (CFC), patrocínio referendado por Ariano Suassuna, cujo o objeto a ser patrocinado no Festival, seria a realização de concursos, espetáculos e exposições. Destacando a função cultural do evento em “despertar o gosto pela cultura, criar na comunidade consciência capaz de preservar o cabedal histórico e artístico de Alagoas” (TICIANELI, 2015, p.2)

Estiveram presentes nesse ano representantes das políticas de fomento ao turismo nacional como Marcos Moraes, Ministro da Indústria e do Comércio, e o Presidente da Embratur (TICIANELI, 2015), chamamos atenção para a criação da EMATUR que acontece em 1971, então a vinda de representantes do setor governamental do turismo não é ao acaso, já é intencional e com vistas a ações futuras como será evidenciado no Festival de Verão do ano seguinte.

Na Terceira edição do Festival de Verão de Marechal Deodoro, já há uma inserção maior das ações do setor público do Turismo, principalmente da EMATUR - Empresa Alagoana de Turismo, cuja função estaria atrelada à divulgação maior do evento na capital alagoana, Maceió, e com o apoio nacional da Embratur que distribuiu o material publicitário em território nacional (TICIANELI, 2015).

Ticianeli (2015) enfatiza que neste terceiro Festival de Verão, as ações de divulgação do evento foram bem sucedidas, e, por isso, foi preciso definir área de camping, uma vez que a cidade não possuía mais residências nem quartos para alugar aos visitantes no período. Também foi necessário o ordenamento de bares e restaurantes para o evento, com cadastros dos interessados e liberação de venda dos seus artigos.

Segundo a imprensa nacional da época, os próprios habitantes de Marechal Deodoro começaram a considerar o festival como um acontecimento irreversível e o fator decisivo na

melhoria das condições da cidade em curto prazo, pois refletia exatamente no período em que ele se realizava.

[...] Melhorias das condições das estradas, recuperação paulatina dos monumentos e prédios históricos, melhor sinalização urbana, maior interesse pelo roteiro fluvial, surgimento de novos empreendimentos e intercâmbio de valores culturais, são agora apontados como resultantes que beneficiam diretamente a cidade em razão do Festival de Verão” (Correio Braziliense, 1973, apud TICIANELI, 2015)

Apesar do entendimento da imprensa local, sobre a percepção favorável ao Festival pela população local, a participação dos deodorenses aparece apenas como espectadores até então, nesta edição do festival. Sobre esse contexto, Ticianeli destaca: “Neste, houve a participação da comunidade, com a mostra de artefatos e utensílios de pesca” (2015, p.3). Tal trecho evidencia que apesar dessa participação não nos parece que a comunidade local tenha tido voz na organização do Festival de Verão.

No quarto Festival de Verão, no ano de 1974, houve uma ênfase nas manifestações folclóricas do Estado. Ticianeli (2015) destaca no evento deste ano “Os recursos do Conselho Federal de Cultura financiaram também a reedição do livro: Folguedos Natalinos de Théo Brandão” e já o DAC financiou um "álbum com 30 pranchas sobre o patrimônio alagoano de Pierre Chalita”. O Festival de 1974 contou também com apresentações de Vinicius de Moraes e Toquinho e ainda concursos literários tendo Aurélio Buarque de Holanda como presidente do Júri. Além das atividades presentes nos anos anteriores como “apresentação de Grupos folclóricos, espetáculos musicais, exposições artísticas, artesanato” (TICIANELI, 2015, p.3)

Entretanto, este ano marcou uma mudança significativa na concepção do Festival de Verão, com o aumento da participação da EMATUR na curadoria do certame, o que trouxe turbulências entre as instituições organizadoras: Diretoria de Assuntos Culturais - DAC e a Empresa Alagoana de Turismo - EMATUR.

Nas palavras de Carmen Lúcia Dantas (2022): “A cultura e o turismo não se entendiam, tínhamos brigas homéricas”, ainda segundo Dantas, os “responsáveis da Ematur queriam desenvolver o turismo de qualquer forma e nós da cultura queríamos manter a qualidade cultural” (2022). Tais divergências se davam principalmente no que tange a curadoria das atrações culturais, uma vez que o setor do turismo queria trazer artistas que trouxessem as massas, já a cultura estava mais interessada no fomento à cultura do Estado.

Aparentemente os problemas de concepção da curadoria do IV Festival de Verão de Marechal continuaram ainda na quinta edição, fazendo com que Solange Lages e Carmen Lúcia Dantas desencantassem um pouco do Festival de Verão de Marechal, deixando mais a cargo do setor do turismo (EMATUR) e voltaram a atenção para a realização do Festival de Cinema de Penedo, que aconteceu naquele ano, alguns meses antes do evento de Marechal Deodoro.

Precisamos evidenciar aqui que este certame, foi o último no Governo de Afrânio Lages e dessa forma também o último com Solange Lages no comando da Diretoria de Assuntos Culturais, e conseqüentemente na organização dos Festivais de Verão de Marechal Deodoro. Apesar de concebido e organizado por ela nos primeiros anos, o certame tomou outras proporções e foi integrado a uma outra política de governo, saindo da cultura e indo para o turismo. Entretanto não conseguimos identificar nas nossas pesquisas quais seriam os objetivos e as perspectivas que o setor da governança turística local queria implantar em Marechal Deodoro.

Deste quinto festival de Marechal Deodoro, Ticianeli (2015) destaca que a imprensa chamou a atenção da falta de definição de quem era seu público alvo, atraindo “ Jovens perambulando sem rumo por suas ruas, numa euforia um tanto quanto à base de bebidas “curtindo” uma festa para a qual estavam completamente alheios” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Apud TICIANELI, 2015, p.4), ainda Ticianeli (2015) evidencia que houve também algumas rugas com as autoridades religiosas da cidade que consideraram a festa como “profana [...] onde vale tudo, é uma constante e que até os princípios de pudor e de respeito às regras morais são postas de lado para dar lugar ao descontraimento” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, apud TICIANELI, 2015, p.4)

Neste ano há uma menção à Praia do Francês, como sendo o lugar a ser visitado, pois não havia atrações diurnas na programação do Festival. Por isso: “Sobrava a caminhada de 10 quilômetros até a praia do Francês”. É possível pensar que desta menção começou, sem muito planejamento e organização, a entrada de um novo espaço de realização do Festival de Verão, a praia do Francês.

O VI Festival de Verão de Marechal Deodoro realizado no ano de 1976, marca a organização sob o comando único da Ematur que era presidida pelo Jornalista Dêvis de Melo. Ao que indica foi o ano que as atrações musicais obtiveram mais destaque, pois houve poucas

menções sobre as exposições, cursos e concursos na área cultural. Talvez esta edição seja a materialização de uma outra concepção do festival de Verão, em que os aspectos culturais serviam apenas de cenário.

O VII Festival, utilizou-se de outros locais para realização de suas atividades culturais, pois o convento São Francisco estava em processo de recuperação arquitetônica, situando aqui, que Marechal Deodoro integra-se ao projeto nacional de recuperação das cidades históricas, iniciados no ano 1976 pelo Governo Federal. Sobre tal recuperação arquitetônica Dantas (2022) enfatiza que a responsabilidade dessa ação estava atrelada a Ematur e não a DAC.

Há um destaque nesta edição a praia do Francês, como um dos locais para apresentações do evento, “foram montados bares e restaurantes, onde os turistas ouviam banda de pífanos, além das bandas musicais do SESI e da Sociedade Musical Carlos Gomes” (TICIANELI, 2015, p.5). Deste ano também há o destaque para uma seresta que percorreu as principais ruas da cidade, e deste cortejo reunia “ os maiores nomes da música alagoana” (TICIANELI, 2015, p.5)

A ênfase do Festival de Verão de Marechal Deodoro no ano de 1978, foi a ampliação da programação na praia do Francês que “passou a receber shows maiores” contando também com um trio elétrico, e que nesse ano, na localidade, foi estruturado um local para camping. Apesar de manter a programação cultural, há uma ênfase aos artistas que trouxessem um público e visibilidade no contexto nacional maior. Este foi o último festival que aconteceu na década de 1970, não conseguimos nas nossas pesquisas identificar o porquê de não ter havido o festival em 1979, encontramos apenas sinalizações de que houve mais duas edições nos anos de 1982 e 1984, mas que não faz parte do período corpo do nosso objeto de análise.

6. Considerações

A presente pesquisa buscou discutir um momento pontual da formação histórica desenvolvimento da atividade turística no Município de Marechal Deodoro, tendo como ponto de partida o Festival de Verão de Marechal Deodoro, desde sua primeira edição em 1970, sob a idealização e execução por um grupo jovens de artistas e intelectuais do município de Maceió, liderados por Solange Lages. Como demonstramos, tal evento estava em consonância com as políticas públicas de cultura do período vigente sob comando do Conselho Federal de Cultura, que durante quatro edições (1972, 1973, 1974 e 1975) subsidia financeiramente grande parte do certame.

Ressaltamos, também, que a partir da aparente bem sucedida primeira edição do Festival de Verão de Marechal Deodoro, as políticas de governo estadual de turismo voltaram-se para a cidade, buscando melhor divulgação do evento, infra-estrutura e ordenação espacial para a realização do certame. Ao longo das edições, as ações da Ematur foram se aproximando da curadoria, o que trouxe um choque de concepções do que deveria ser o Festival de Verão e qual o posicionamento das políticas de turismo e cultura no período, o que ocasionou a saída das concepções da cultura, deixando a cargo das políticas turísticas tomar conta do evento a partir de 1975.

Infelizmente como limite dessa pesquisa, não encontramos referências que pudessem nos auxiliar sobre qual seria o direcionamento das políticas de turismo no Estado da época, dessa forma não podemos afirmar que as ações de turismo não estavam interessadas em desenvolver iniciativas que construíssem uma consciência cultural e da importância do patrimônio arquitetônico nos deodorenses. Atritando ao turismo aspectos para além dos econômicos, e mais, que as benfeitorias realizadas no município ao longo da década de 1970, também seria para usufrutos da população autóctone.

Ressaltamos aqui, que a forma em que essas ações foram realizadas no município, que aparentemente a comunidade local não foi nem ao menos consultada, sobre quais os caminhos a serem seguidos tanto nas ações culturais quanto turísticas, deixou a população de Marechal Deodoro como mero observador e não pertencentes às atividades realizadas. O que pode ser uma das respostas para a sensação de não querer fazer parte ou que tais ações são para os outros e não para os cidadãos. E ainda a não construção de uma identidade turística local.

Podemos afirmar no entanto, a partir dos relatos trazidos por essa pesquisa, que o Festival de Verão de Marechal Deodoro foi importante para o desenvolvimento do turismo na

cidade de Marechal Deodoro, pois evidenciou o potencial local para a atividade turística, tanto no que tange os recursos culturais como os naturais.

Referências:

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **A Formação Histórica de Alagoas: rotas de acumulação do açúcar**. Maceió: Edufal:Imprensa Graciliano Ramos, 2018. 149 p.

CASTRO, Celso.;GUIMARÃES, Valéria Lima.; MAGALHÃES, Aline. Montenegro.(org). **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 282 p.

CASTRO, Celso; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Destino: Cidade Maravilhosa**. In:CASTRO, C.;GUIMARÃES, V.L.; MAGALHÃES, A. M.(org). História do Turismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 13-36 p.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo:Contexto, 2002. 167 p.

DANTAS, Carmem Lucia. **Festival de Verão de Marechal Deodoro**. [entrevista concedida a] Tamisa Ramos Vicente. mai. 2022

GASTAL, Susana. GUIMARÃES,Valéria. **Historiando o Turismo**. Revista Rosas dos Ventos, Caxias do Sul, 2014, V.6 n.2. Link de acesso: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2776/pdf_255

KAMINSKI, Leon Frederico. **Por entre a neblina: o Festival de Inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta**. 2012. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

LAGES, Solange. Berard; DANTAS, Carmen Lucia Almeida; DANTAS, José Abilio.; CHALITA, Pierre. **ALAGOAS: roteiro cultural e turístico**. Maceió, 1979, 205 p.

MAIA, Tatiana de Amaral. **A construção do “senado da cultura nacional” em tempos autoritários (1967-1975)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. 65 p.

MICELI, Sergio. (org). **O Estado e a cultura no Brasil**. São Paulo:Difel,1984.

MULLER, Dalila. et al. **O despertar do turismo no brasil: a década de 1970**. In:International Conference on tourism & management studies, 1, 2011. Algarve. 692-700. **Anais eletrônicos** [...] Algarve:Tourism & Management Studies disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5018492#:~:text=Assim%2C%20%C3%A9%20poss%C3%ADvel%20verificar%20que,governo%20para%20o%20desenvolvimento%20da>

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. **Praia do Francês: Uma comunidade invadida pelo turismo**. Uma análise psicossocial. Recife: FJN, Editora Massangana, 2002. 113 p.

_____, **Memória psicossocial da comunidade da praia do francês**. Maceió: Editora UFAL, 2007. 68 p.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAZ, Vanessa Carneiro da. **Encontros em defesa da cultura nacional: Conselho Federal de Cultura e a regionalização na ditadura civil-militar (1966-1976)**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

PAIXÃO, Dario Luiz Dias. *Thermae et ludus: Início do turismo de saúde no Brasil e no Mundo*. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 8, n. 2, p.133-147, nov. 2007.

RIBEIRO, Cecília. **Que tinha a Unesco a ver com desenvolvimento econômico?** *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 189.03, Vitruvius, fev. 2016 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5953>>.

SANTOS FILHO, Joaquim dos. **Embratur, da euforia ao esquecimento: o retorno às raízes quando serviu a ditadura militar**. Revista Espaço Acadêmico, n.35, abril, 2005

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **Turismo: Prioridade Nacional**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

SOLHA, Karina Toledo. **Evolução do turismo no Brasil**. In: REJOWSKI, Miriam. (org). **Turismo no Percurso de Tempo**. São Paulo:Aleph, 2002. 176 p.

TICIANELI, Edberto. **O histórico Festival de Verão de Marechal Deodoro.** 2019. link de acesso: <https://www.historiadealagoas.com.br/o-historico-festival-de-verao-de-marechal-deodoro.html>. Acesso em 26 maio.2022.

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa de. **Sol, praia e a “destinação” da cidade: compreendendo a turistificação de Maceió-Alagoas-Brasil.** 2017. 166 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

VICENTE, Tamisa Ramos. **Vamos Cirandar: políticas públicas de turismo e cultura Popular.** Recife: Editora Universitária da UFPE e Olinda: Editora Reviva, 2011.119 p.